NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau S.A. e suas controladas ("Companhia") é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Gerdau S.A. e controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27/02/2018.

NOTA 2 -RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2017.

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da Gerdau S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de "Participações dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

c) Investimentos em empresas controladas, coligadas e com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Os investimentos nestas empresas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial.

d) Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Empresas do grupo

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira"; e
- iv) os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Hiperinflação na Venezuela

A Venezuela é considerada um país com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela. A taxa de câmbio usada para converter as demonstrações financeiras da controlada na Venezuela da moeda local (Bolivar Forte) para o Real leva em consideração a taxa de conversão local conhecida como SIMADI (*Sistema Marginal de Divisas*), a qual é utilizada nas conversões do Bolivar Forte para o dólar americano como referencial para a conversão da moeda local para o Real. Esta taxa é equivalente a 1.011,19 Bolivar Forte por cada 1 Real em 31/12/2017 (206,6116 Bolivar Forte por cada 1 Real em 31/12/2016).

2.3 – Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. O valor justo reconhecido em suas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 15.

a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Como descrito na nota 15, a Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

d) Derivativos mensurados ao valor justo reconhecido no resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido".

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras que estão classificadas como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

h) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.4 - Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 – Imobilizado

A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subseqüentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6 - Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.7 – Outros ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.8 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.1.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na demonstração do resultado abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na demonstração do resultado quando a operação coberta for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a demonstração do resultado. Nos casos de hedge de investimento líquido o montante registrado na demonstração do resultado abrangente é baixado e reconhecido na demonstração do resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do hedge. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e coligadas da Companhia operam e geram

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não, que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 - Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. Os principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritos nas notas 19 e 25.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 19.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 - Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsibilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ágios e ativos de vida longa (nota 28), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 17), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.18 - Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Aquisições após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subseqüente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na controlada é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente pela IAS 28 (CPC 18) ou IAS 39 (CPC 38).

2.19 - Informações por Segmento

Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço e minério de ferro no Brasil, exceto Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, incluindo a empresa de controle conjunto no México e a empresa coligada no México, exceto aços especiais), Operação América do Sul (inclui todas as operações na América do Sul, exceto as operações do Brasil e inclui a empresa de controle conjunto na República Dominicana) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e na Índia).

2.20 - Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings per Share* (Lucro por ação), as tabelas apresentadas na nota 23 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.21 - Planos de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia efetua a liquidação dos planos de opção de ação entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como outros planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Opções de ações, Ações Restritas, Direito de Apreciação de Ações e Performance de Ações, conforme apresentados na nota 25.

2.22 – Ativo líquido mantido para venda

A Companhia apresenta os ativos e passivos de unidades colocadas à venda em linhas específicas do Balanço Patrimonial, denominadas de Ativo mantido para venda e Passivo mantido para a venda, respectivamente, até a conclusão da operação de venda, a qual tem expectativa de ser concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. A Companhia mensura o ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

2.23 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas.

2.24 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2017 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2018 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Financeiras:

- Emissão da norma IFRS 9 Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 e é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2018. O IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros. Os ativos financeiros passarão a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no IAS 39: "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda". O IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Os ativos financeiros da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31/12/2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para risco de crédito.
- Emissão da norma IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. O IFRS 15 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o IAS 18 Receitas e o IAS 11 Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em/ou após 1/01/2018. O IFRS 15 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Com base nisso, a Companhia não espera impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras pela adoção da norma IFRS 15. Adicionalmente, com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda e condições acordadas com os clientes são amplamente similares, portanto, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento e na mensuração da receita.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Emissão da norma IFRS 16 Arrendamento. Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras do registro de suas operações de arrendamento mercantil operacional, porém não espera impactos significativos em relação ao total dos ativos imobilizados e dívidas existentes.
- Revisão da norma IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento baseado em Ações. Aborda alterações em alguns parágrafos para melhor esclarecimento da aplicação da norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2018 e não terá impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
- Emissão da interpretação IFRIC 23 Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos desta interpretação, porém não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

NOTA 3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas controladas consolidadas, como segue:

11 nom a segun apresenta as principais paracipações has controlado	_	Percentual de p	participação	
Empresa controladas	País —	Capital total (*)		
-		2017	2016	
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00	
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,36	99,35	
Gerdau Aços Longos S.A. e controlada (2)	Brasil	99,12	99,11	
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00	
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4) (**)	Brasil	10,69	70,93	
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	-	99,12	
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e controladas (5)	Chile	99,00	99,00	
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	-	99,55	
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e controladas (6)	Hungria	100,00	100,00	
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú	Peru	90,03	90,03	
Diaco S.A. e controlada (nota 3.4)	Colômbia	-	99,68	
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (7)	México	100,00	100,00	
Seiva S.A Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73	
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	-	100,00	
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00	
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99	
Sipar Aceros S.A. e controlada (8)	Argentina	99,98	99,96	
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00	
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	
Gerdau Steel India Ltd.	India	98,90	98,90	

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

- (1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Reinforcing Steel, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.
- (2) Controlada: Gerdau Açominas Overseas Ltd.
- (3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc..
- (4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..

^(**) O percentual de participação ao considerar a participação no fundo detida pela controladora Metalúrgica Gerdau S.A. é de 51,11% em 2017 e 91,58% em 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- (5) Controladas: Aza Participaciones S.A., Gerdau Aza S.A., Armacero Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A.
- (6) Controladas: Gerdau Hungria y Cia SRC, Bogey Holding Company Spain S.L..
- (7) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
- (8) Controlada: Siderco S.A..

Em 29/12/2017, a Gerdau S.A. incorporou as controladas Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A., sendo que todos os ativos e passivos detidos por estas controladas passaram a ser de titularidade da Gerdau S.A.

3.2 - Entidades com controle em conjunto

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle conjunto.

		Percentual de	participação
Entidades com controle em conjunto	País		Capital total (*)
		2017	2016
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	45,00	45,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	-
Diaco S.A.	Colombia	49,87	-

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle conjunto.

Em 05/01/2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (anteriormente denominada Gerdau Aços Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos, os quais foram avaliados por empresa de avaliação independente especializada. Em 31/01/2017 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., onde Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd. subscreveram capital social nesta empresa, sendo também assinado acordo de acionistas entre os sócios. Desta forma, a Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%, não tendo impacto significativo nos Ativos totais da Companhia.

Em 30/06/2017, a Companhia concluiu a operação de criação de uma empresa com controle em conjunto, a partir da venda de 50% de sua participação na Diaco S.A., na Colômbia, para a Putney Capital Management, que já é sócia em sua operação na República Dominicana. Os ativos da nova empresa são unidades industriais de aços longos da Gerdau na Colômbia, com capacidade anual instalada de aço de 674 mil toneladas. A transação atribuiu à empresa com controle em conjunto o valor econômico de US\$ 165 milhões (equivalentes a R\$ 546 milhões). Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira e permitiu a Companhia reduzir seus níveis de endividamento e capital de giro em montantes de R\$ 226 milhões e R\$ 175 milhões, respectivamente. Desta forma, a Diaco S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 49,87%.

As informações financeiras das empresas com controle conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

_	Entidades com controle em conjunto		
	2017	2016	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(91.553)	(126.723)	
Total dos resultados abrangentes	(91.553)	(126.723)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.3 - Empresas coligadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas coligadas.

		Percentual d	le participação
Empresas coligadas	País		Capital total (*)
		2017	2016
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	México	49,00	49,00

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada.

As informações financeiras das empresas coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

_	Empresas coligadas		
	2017	2016	
Lucro líquido do exercício	26.099	141.023	
Total dos resultados abrangentes	26.099	141.023	

3.4 - Resultado em operações com entidades controladas e coligada

I) Entidade com controle em conjunto

Como resultado da operação descrita na nota 3.2, a Companhia recebeu US\$ 44,7 milhões em caixa (equivalentes a R\$ 147,9 milhões) e reconheceu uma despesa de R\$ 72,5 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados, principalmente pelo ajuste a valor justo da participação remanescente de acordo com o estabelecido nas normas IFRS.

II) Ativos e passivos mantidos para venda

Em 04/10/2017, a Companhia assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile para os grupos familiares chilenos Matco e Ingeniería e Inversiones. Os ativos incluídos na venda são unidades industriais de aços longos, com capacidade anual instalada de aço de 520 mil toneladas, e apresentados dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154 milhões (equivalentes a R\$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno, a qual deverá ocorrer em 2018. Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda.

Em 29/12/2017, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 1.985 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Florida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (California) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. Esta transação representa um marco na estratégia da Companhia para reduzir seu endividamento e focar em oportunidades com maior retorno nos mercados em que atua. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda. Adicionalmente, em virtude da mensuração do ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, a Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

reconheceu uma despesa líquida de imposto de renda de R\$ 649,2 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado
2017	2016
10.439	9.412
2.544.899	5.053.971
2.555.338	5.063.383
	Consolidado
2017	2016
821.518	1.024.411
821.518	1.024.411
	10.439 2.544.899 2.555.338 2017 821.518

Aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação no valor justo.

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes - no Brasil	221.692	129.772	1.265.431	1.251.739
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	77.765	50.162	139.162	265.252
Contas a receber de clientes - empresas no exterior	-	-	1.525.466	2.259.014
(-) Provisão para risco de crédito	(6.605)	(2.704)	(131.639)	(199.306)
	292.852	177.230	2.798.420	3.576.699

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Valores a vencer:	239.393	154.933	2.234.723	2.917.073
Vencidos:				
Até 30 dias	30.747	19.765	467.901	506.780
Entre 31 e 60 dias	6.213	1.879	96.852	128.715
Entre 61 e 90 dias	7.180	249	17.636	37.559
Entre 91 e 180 dias	5.047	178	27.841	53.460
Entre 181 e 360 dias	831	2.152	22.985	66.444
Acima de 360 dias	10.046	778	62.121	65.974
(-) Provisão para risco de crédito	(6.605)	(2.704)	(131.639)	(199.306)
	292.852	177.230	2.798.420	3.576.699

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Saldo em 01/01/2016	(567)	(185.261)
Créditos provisionados no exercício	(4.818)	(85.661)
Créditos recuperados no exercício	2.418	16.880
Créditos baixados definitivamente da posição	263	37.679
Baixa por venda de empresa controlada	-	17.594
Variação cambial	_ _	(537)
Saldo em 31/12/2016	(2.704)	(199.306)
Créditos provisionados no exercício	(2.677)	(98.476)
Créditos recuperados no exercício	533	80.134
Créditos baixados definitivamente da posição	2.286	73.591
Variação cambial	-	(276)
Incorporação de empresas controladas	(4.043)	-
Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	-	1.487
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)		11.207
Saldo em 31/12/2017	(6.605)	(131.639)

NOTA 6 – ESTOQUES

Controladora			Consolidado	
2017	2016	2017	2016	
119.278	79.307	3.026.556	2.987.785	
141.106	94.252	1.302.152	1.201.327	
99.583	60.002	1.703.013	1.487.971	
29.803	18.351	298.100	430.731	
2.551	2.684	375.139	253.729	
(865)		(3.556)	(28.813)	
391.456	254.596	6.701.404	6.332.730	
	119.278 141.106 99.583 29.803 2.551 (865)	2017 2016 119.278 79.307 141.106 94.252 99.583 60.002 29.803 18.351 2.551 2.684 (865) -	2017 2016 2017 119.278 79.307 3.026.556 141.106 94.252 1.302.152 99.583 60.002 1.703.013 29.803 18.351 298.100 2.551 2.684 375.139 (865) - (3.556)	

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

_	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2016	-	(101.121)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	-	(62.899)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	-	94.391
Variação cambial	-	10.711
Baixa por venda de empresa controlada		30.105
Saldo em 31/12/2016	-	(28.813)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(973)	(26.545)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	746	46.740
Variação cambial	-	3.789
Incorporação de empresa controlada	(638)	-
Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	-	392
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)		881
Saldo em 31/12/2017	(865)	(3.556)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	(Controladora		Consolidado
Circulante	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	10.875	9.538	155.096	130.718
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.974	622	91.229	173.453
Programa de Integração Social	431	135	20.242	35.135
Imposto sobre Produtos Industrializados	7.283	7.535	59.982	48.751
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	48.139	85.674
Outros	232	193	27.741	30.698
	20.795	18.023	402.429	504.429
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	5.678	8.872	26.135	50.757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	1.682	360	2.294
Programa de Integração Social e outros		365	4.346	3.652
	5.679	10.919	30.841	56.703
	26.474	28.942	433.270	561.132
	26.474	28.942	433.270	561.132

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	C	<u>ontroladora</u>		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
2018	-	7.862	-	33.840
2019	3.358	2.318	18.017	14.334
2020	1.448	739	7.062	8.529
2021 em diante	873		5.762	
	5.679	10.919	30.841	56.703

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 22,6% e 35,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
	Total	Total	Total	Total
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(298.086)	(2.672.384)	(43.276)	(2.581.615)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	101.349	908.611	14.714	877.749
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	(183.787)	(1.162.174)
- equivalência patrimonial	16.345	(1.104.433)	(11.763)	(4.342)
- juros sobre o capital próprio *	(25.584)	(15.205)	113	(162)
- incentivos fiscais	424	-	23.185	18.494
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(54)	-	(40.279)
- ganho de capital **	(98.290)	-	(98.290)	
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	-	-	_	36.469
- diferenças permanentes (líquidas)	(55.518)	(7.346)	(39.563)	(30.069)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(61.274)	(218.427)	(295.391)	(304.314)
Corrente	(32.841)	725	(313.758)	(110.511)
Diferido	(28.433)	(219.152)	18.367	(193.803)

^{*} A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e como resultado não impacta o lucro líquido.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora

]	Incorporação de Empresas	
	Saldo em 01/01/2016	Reconhecido no Resultado	Controladas e Outros	Saldo em 31/12/2016
Prejuízos fiscais	34.719	127.496	-	162.215
Base negativa de contribuição social	65.159	45.923	-	111.082
Provisão para passivos tributários				
cíveis e trabalhistas	90.713	9.995	-	100.708
Outras diferenças temporárias	278.938	2.822	-	281.760
Efeito de variação cambial diferida	1.267.194	(420.916)	-	846.278
Provisão para perdas	7.674	542	-	8.216
Alocação de ativos a valor justo	(104.897)	14.986	-	(89.911)
	1.639.500	(219.152)		1.420.348
Ativo não-circulante	1.639.500			1.420.348

^{**} Conforme descrito na nota 9, a incorporação em 29/12/2017 das controladas Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A. na Gerdau S.A., gerou um ganho de capital tributável.

GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

			Incorporação de Empresas		
	Saldo em	Reconhecido	Controladas e	Saldo em	
	31/12/2016	no Resultado	Outros	31/12/2017	
Prejuízos fiscais	162.215	(12.312)	(1)	149.902	
Base negativa de contribuição social	111.082	(4.432)	(673)	105.977	
Provisão para passivos tributários					
cíveis e trabalhistas	100.708	(47.633)	12.724	65.799	
Outras diferenças temporárias	281.760	(6.308)	(961)	274.491	
Efeito de variação cambial diferida	846.278	12.852	-	859.130	
Provisão para perdas	8.216	3.326	1.731	13.273	
Alocação de ativos a valor justo	(89.911)	26.074	-	(63.837)	
, and the second	1.420.348	(28.433)	12.820	1.404.735	
Art a second to the first	1 420 249			1 404 725	

Ativo não-circulante 1.420.348 1.404.735

Consolidado

	Saldo em 01/01/2016	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2016
Prejuízos fiscais	887.980	327.743	(263.297)	(78.069)	874.357
Base negativa de contribuição social	191.638	120.254	-	-	311.892
Provisão para passivos tributários					
cíveis e trabalhistas	639.566	118.526	(2.671)	(223)	755.198
Benefícios a empregados	549.865	(67.133)	34.982	(85.177)	432.537
Outras diferenças temporárias	381.991	(21.985)	20.776	(30.020)	350.762
Efeito de variação cambial diferida	2.158.149	(907.690)	-	1.083	1.251.542
Provisão para perdas	151.678	(34.059)	(4.671)	(12)	112.936
Alocação de ativos a valor justo	(1.567.880)	270.541	2.984	216.925	(1.077.430)
	3.392.987	(193.803)	(211.897)	24.507	3.011.794
Ativo não-circulante	4.307.462				3.407.230
Passivo não-circulante	(914.475)				(395.436)

GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2017
874.357	157.402	(22.362)	(35.759)	973.638
311.892	58.963	(15.073)	-	355.782
755.198	(479.836)	101	-	275.463
432.537	(48.466)	(9.363)	(91.905)	282.803
350.762	(81.627)	92.174	48.991	410.300
1.251.542	(199.200)	8.185	-	1.060.527
112.936	(2.208)	-	-	110.728
(1.077.430)	613.339	(51.606)	18.163	(497.534)
3.011.794	18.367	2.056	(60.510)	2.971.707
3.407.230				3.054.393 (82.686)
	31/12/2016 874.357 311.892 755.198 432.537 350.762 1.251.542 112.936 (1.077.430) 3.011.794	31/12/2016 no Resultado 874.357 157.402 311.892 58.963 755.198 (479.836) 432.537 (48.466) 350.762 (81.627) 1.251.542 (199.200) 112.936 (2.208) (1.077.430) 613.339 3.011.794 18.367	Saldo em 31/12/2016 Reconhecido no Resultado Controladas e Outros 874.357 157.402 (22.362) 311.892 58.963 (15.073) 755.198 (479.836) 101 432.537 (48.466) (9.363) 350.762 (81.627) 92.174 1.251.542 (199.200) 8.185 112.936 (2.208) - (1.077.430) 613.339 (51.606) 3.011.794 18.367 2.056	Saldo em 31/12/2016 Reconhecido no Resultado Empresas Controladas e mo Resultados Reconhecido em Resultados Reconhecido em Resultados 874.357 157.402 (22.362) (35.759) 311.892 58.963 (15.073) - 755.198 (479.836) 101 - 432.537 (48.466) (9.363) (91.905) 350.762 (81.627) 92.174 48.991 1.251.542 (199.200) 8.185 - 112.936 (2.208) - - (1.077.430) 613.339 (51.606) 18.163 3.011.794 18.367 2.056 (60.510)

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

Controladora

		Ativo
	2017	2016
2017	-	102.687
2018	91.789	93.556
2019	103.666	150.969
2020	342.215	249.481
2021	345.057	283.691
2022 em diante	522.008	539.964
	1.404.735	1.420.348

Consolidado

		Ativo		Passivo
	2017	2016	2017	2016
2017	-	512.422	-	(2.283)
2018	326.356	391.384	(2.680)	(89.052)
2019	198.590	364.030	(6.116)	(56.006)
2020	400.597	535.937	(6.498)	(154.664)
2021	369.857	499.984	(4.745)	(14.496)
2022 em diante	1.758.993	1.103.473	(62.647)	(78.935)
	3.054.393	3.407.230	(82.686)	(395.436)

d) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 312.741 (R\$ 317.889 em 31/12/2016), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R\$ 360.152 (R\$ 349.072 em 31/12/2016) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 1.137.548 (R\$ 857.215 em 31/12/2016), que expiram em várias datas entre 2018 e 2037.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Empresa coligada	Empresa com controle compartilhado													Empres as Controladas	
	Dona Francisca Energética S.A.	Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (nota 3.2)	GTL Equity Investments Corp.	Gerdau Açominas S.A.	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.	Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda.	Gerdau Aços Longos S.A.		Gerdau América Latina Part. S.A.	Empres a Siderúrgica Del Perú S.A.	Gerdau Trade I Inc.	GTL Trade Finance Inc.	Seiva S.A Florestas e Indústrias		Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	89.595		(533.196)	6.013.198	18.462.482	388.323	8.524.992	1.428.269	2.608.418	1.115.932	45.194	(198.735)			19.231	37.963.703
Resultado da equivalência patrimonial	17.780	-	306.191	285.985	(1694.478)	(36.007)	(543.701)	105.094	(238.574)	94.877	(769.869)	(771095)	-	-	(4.536)	(3.248.333)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(586.570)	88.697	(3.216.445)	(69.566)	(963.037)	(1.038.118)	(452.922)	(181.067)	787.220	821.317	-	-	(39)	(4.810.530)
Aquis ição/alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Dividendos juros sobre capital próprio	(16.579)	<u>-</u>		(91.926)	(364.300)	(4.861)		(44.045)	(51698)	-			-			(573.409)
Saldo em 31/12/2016	90.796	-	(813.575)	6.295.954	13.187.259	277.889	7.018.259	451200	1.865.224	1.029.742	62.545	(148.513)	-		14.656	29.331436
Resultado da equivalência patrimonial	19.971	15.460	(127.227)	53.699	(913.324)	4.560	473.911	303.745	29.022	123.955	67.141	18.753	(21224)	(1263)	895	48.074
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(55.321)	7.639	159.673	(B5)	43.767	(25.795)	(873)	58.266	(64.660)	(82.005)	3.142	3.813	282	47.793
Aquis ição/alienação de investimento	-	-	-	521	-	-	927	32	231	-	-	-	-	-	-	1.711
Redução de capital	-	-	-	-	(146.798)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(146.798)
Dividendos juros sobre capital próprio	(26.594)	-	-	(233.229)	-	-	(131.201)	(75.246)	(21036)	-	(60.786)	-	-	-	-	(548.092)
Incorporação de empresas controladas	-	-	-	-	1.881.333	(282.314)	-	(653.936)	(1.872.568)	-	-	-	292.409	(66.521)	12.030	(689.567)
Complemento de preço contingente	65.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.500
Aumento de capital		184.187	-	<u> </u>	-	<u> </u>	<u> </u>			-		<u> </u>	-	-		184.187
Saldo em 31/12/2017	149.673	199.647	(996.123)	6.124.584	14.168.143		7.405.663			1.211.963	4.240	(211.765)	274.327	(63.971)	27.863	28.294.244

Em 29/12/2017, a Gerdau S.A. incorporou as controladas Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A., sendo que todos os ativos e passivos detidos por estas controladas passaram a ser de titularidade da Gerdau S.A. Como resultado da incorporação destas controladas, os investimentos na Seiva S.A. – Florestas e Indústrias e Gerdau Hungria Holdings Liability Company, até então detidos por estas empresas que foram incorporadas, passaram a ser diretamente detidos pela Gerdau S.A.

Consolidado

<u>-</u>		Empresas coligadas								
_	Joint Ventures América do Norte	Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Gerdau Metaldom Corp.	Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (nota 3.2)	Diaco S.A.	Dona Francisca Energética S.A.	Cors a Controladora S.A. de C.V.	Corporación Centroamericana del Acero S.A.	Outros	Total_
Saldo em 0101/2016	60.733	88.785	575.845	-	-	89.595	359.568	216.272	2.084	1.392.882
Resultado da equivalência patrimonial	13.533	(96.306)	16.362	-	-	17.780	12.155	23.705	-	(12.771)
Ajustes de avaliação patrimonial	(9.492)	(11.748)	(88.051)				(105.420)	(36.134)	(350)	(251.195)
Operações com empresas coligadas	-	-	-	-	-	-	-	(203.843)	(1.734)	(205.577)
Dividendos juros s obre capital próprio	(8.282)	-	(99.634)	-	-	(16.579)	-	-	-	(124.495)
Saldo em 31/12/2016	56.492	(19.269)	404.522		-	90.796	266.303	-		798.844
Resultado da equivalência patrimonial	5.725	(110.773)	33.505	15.460	8.048	19.971	(6.533)	-	-	(34.597)
Ajustes de avaliação patrimonial	5.081	(33.078)	(7.606)	-	1.346	-	17.512	-	-	(16.745)
Aumento de capital	-	178.670	-	184.187	-	-	-	-	-	362.857
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	-	-	-	145.084	-	-	-	-	145.084
Complemento de preço contingente	-	-	-	-	-	65.500	-	-	-	65.500
Dividendos/juros sobre capital próprio	(14.050)	-	-	-	-	(26.594)	-	-	-	(40.644)
Saldo em 31/12/2017	53.248	15.550	430.421	199.647	154.478	149.673	277.282	-		1.280.299

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Controladora

Custo imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	507.245	2.035.213	16.849	194.644	9.088	2,763,039
Adicões	307.243	4.594	124	62.393	10	67.121
Juros capitalizados	_	-		9.783	-	9.783
Transferencias	3.506	82.724	996	(90.790)	3.564	-
Baixas	(4.772)	(29.311)	(43)		(1.562)	(35.688)
Saldo em 31/12/2016	505.979	2.093.220	17.926	176.030	11.100	2.804.255
Adições		1.960		40.581	2.132	44.673
Juros capitalizados	-	-	-	9.202	-	9.202
Transferencias	(2)	15.733	-	(16.547)	816	-
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	(315.213)	(1.076)	-	(563)	(316.852)
Incorporação de empresas controladas (nota 9)	96.961	538.347	17.960	8.270	7.113	668.651
Saldo em 31/12/2017	602.938	2.334.047	34.810	217.536	20.598	3.209.929
Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	(298,225)	(1.217.661)	(12.549)	-	(4.894)	(1.533,329)
Depreciação e exaustão	(17.150)	(114.150)	(2.570)		(465)	(134.335)
Transferencias	(1.319)	(312)	961		670	-
Baixas	3.545	22.963	23		1.564	28.095
Saldo em 31/12/2016	(313.149)	(1.309.160)	(14.135)		(3.125)	(1.639.569)
Depreciação e exaustão	(15.559)	(89.836)	(1.355)	-	(600)	(107.350)
Transferencias	(9.034)	11.276	-	-	(2.242)	-
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	238.813	960	-	422	240.195
Incorporação de empresas controladas (nota 9)	(66.341)	(451.145)	(16.996)		(5.338)	(539.820)
Saldo em 31/12/2017	(404.083)	(1.600.052)	(31.526)		(10.883)	(2.046.544)
Imobilizado líquido Saldo em 31/12/2016 Saldo em 31/12/2017	192.830 198.855	784.060 733.995	3.791 3.284	176.030 217.536	7.975 9.715	1.164.686 1.163.385
Consolidado	Terrenos, prédios e	Máquinas, equipamentos e	Equipamento eletrônico de	Imobilizações		
Custo imobilizado bruto	construções	instalações	dados	em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	10.842.802	32.616.700	939.266	4.068.876	1.470.485	49.938.129
Adições Juros capitalizados	35.238	93.290	2.126	1.117.317 187.375	75.920	1.323.891 187.375
Transferencias	584.575	2.665.898	74.804	(3.314.746)	(10.531)	167.373
Baixas	(81.256)	(271.104)	(60.542)	(1.550)	(46.888)	(461.340)
Operações com empresas controladas	(1.011.492)	(1.726.440)	(112.319)	(53.630)	(52.281)	(2.956.162)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(52.071)	(183.788)	(228)	-	(3.242)	(239.329)
Variação cambial	(834.043)	(2.560.676)	(81.033)	(240.994)	(74.219)	(3.790.965)
Saldo em 31/12/2016	9.483.753	30.633.880	762.074	1.762.648	1.359.244	44.001.599
Adições	2.028	124.136	1.770	687.019	58.376	873.329
Juros capitalizados	-	-	-	44.260	-	44.260
Transferencias	700.318	716.685	19.340	(1.440.183)	3.840	-
Baixas	(157.625)	(232.771)	(12.963)	(60.151)	(49.962)	(513.472)
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	(119.928)	(900.840)	(16.426)	(1.382)	(53.129)	(1.091.705)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(10.063)	(255.293)	-	-	(13)	(265.369)
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(1.013.466)	(2.734.923)	(53.315)	(107.677)	(171.404)	(4.080.785)
Variação cambial	200.681	665.730	11.158	66.146	28.745	972.460
Saldo em 31/12/2017	9.085.698	28.016.604	711.638	950.680	1.175.697	39.940.317

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	(4.387.719)	(21.415.018)	(827.620)		(523.446)	(27.153.803)
Depreciação e exaustão	(334.365)	(1.738.759)	(44.437)	-	(100.259)	(2.217.820)
Transferencias	(12.015)	(2.368)	968	-	13.415	-
Baixas	14.696	243.429	56.466	-	31.589	346.180
Operações com empresas controladas	524.209	1.515.886	95.809	-	37.965	2.173.869
Variação cambial	296.523	1.792.251	69.172		43.920	2.201.866
Saldo em 31/12/2016	(3.898.671)	(19.604.579)	(649.642)		(496.816)	(24.649.708)
Depreciação e exaustão	(343.373)	(1.361.561)	(40.915)		(61.506)	(1.807.355)
Transferencias	(38.467)	25.886	(400)	-	12.981	-
Baixas	67.598	218.590	12.790	-	43.067	342.045
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	28.691	589.951	12.627	-	41.117	672.386
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	370.727	1.989.917	54.275	-	95.350	2.510.269
Variação cambial	(101.528)	(435.040)	(10.969)		(16.675)	(564.212)
Saldo em 31/12/2017	(3.915.023)	(18.576.836)	(622.234)		(382.482)	(23.496.575)
Imobilizado líquido	5 505 000	11 020 201	112.422	1.5(2.64)	072.420	10.251.001
Saldo em 31/12/2016	5.585.082	11.029.301	112.432	1.762.648	862.428	19.351.891
Saldo em 31/12/2017	5.170.675	9.439.768	89.404	950.680	793.215	16.443.742

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2017 é de 6,6% (6,6% em 2016).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos
	ativos
	imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamento eletrônico de dados	2,5 a 6 anos

- **b)** Valores oferecidos em garantia Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 6.513 (R\$ 6.269 em 31/12/2016) na controladora e R\$ 609.116 em 31/12/2017 (R\$ 632.376 em 31/12/2016) no consolidado.
- c) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado Em 31/12/2017, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 118.348 para o grupo de "terrenos, prédios e construções" (R\$ 112.438 em 31/12/2016), R\$ 783.183 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 642.592 em 31/12/2016) e R\$ 543.726 para imobilizações em andamento (R\$ 543.726 em 31/12/2016). Conforme nota 3.4, a Companhia perdeu o controle de determinados investimentos, e os efeitos sobre a conta de ativo imobilizado desta perda de controle já estão contemplados nestes valores.

NOTA 11 - ÁGIOS

			Consolidado
	Montante	Perdas acumuladas pela	Ágio após as perdas pela não
	bruto do ágio	não recuperabilidade ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2016	18.099.186	(2.974.756)	15.124.430
(+/-) Variação cambial	(2.645.368)	63.516	(2.581.852)
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(2.678.582)	(2.678.582)
(-) Operações com empresas controladas	(393.980)		(393.980)
Saldo em 31/12/2016	15.059.838	(5.589.822)	9.470.016
(+/-) Variação cambial	242.510	(169.979)	72.531
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(849.438)	(849.438)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(801.967)		(801.967)
Saldo em 31/12/2017	14.500.381	(6.609.239)	7.891.142

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

		Consolidado
	2017	2016
Brasil	373.135	380.644
Aços Especiais	2.487.364	2.508.056
América do Norte	5.030.643	6.581.316
	7.891.142	9.470.016

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao relacionamento com clientes decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

					Consolidado
	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 31/12/2015	47.571	808.482	911.483	68.225	1.835.761
Variação cambial		(60.464)	(140.812)	(7.509)	(208.785)
Aquisição	-	40.643	-	13.401	54.044
Baixas	-	(2.145)	-	(13.050)	(15.195)
Amortização	(7.845)	(149.911)	(155.063)	(5.316)	(318.135)
Operações com empresas controladas	-	-	-	(27.749)	(27.749)
Saldo em 31/12/2016	39.726	636.605	615.608	28.002	1.319.941
Variação cambial		2.947	3.835	884	7.666
Aquisição	-	37.939	-	-	37.939
Baixas	-	-	(27.652)	-	(27.652)
Amortização	(6.940)	(149.150)	(125.621)	(3.486)	(285.197)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	-	(37.512)	(25.396)	(17.700)	(80.608)
Saldo em 31/12/2017	32.786	490.829	440.774	7.700	972.089
Vida útil média ectimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

A composição do intangível por segmento é a seguinte:

	2017	2016
Brasil	351.579	412.134
Aços Especiais	152.639	219.878
América do Sul	1.863	7.606
América do Norte	466.008	680.323
	972.089	1.319.941

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	_	(Controladora		Consolidado	
	Encargos anuais (*)	2017	2016	2017	2016	
Capital de giro	7,36%	160.509	313.388	2.739.258	3.468.490	
Financiamento de imobilizado e outros	8,58%	97.602	114.820	2.108.216	2.855.860	
Ten/Thirty Years Bonds	5,84%			11.614.182	14.093.460	
Total dos financiamentos	_	258.111	428.208	16.461.656	20.417.810	
Circulante	_	105.313	239.794	2.004.341	4.458.220	
Não circulante		152.798	188.414	14.457.315	15.959.590	
Valor do principal dos financiamentos		255.329	423.974	16.207.120	20.049.854	
Valor dos juros dos financiamentos		2.782	4.234	254.536	367.956	
Total dos financiamentos	_	258.111	428.208	16.461.656	20.417.810	

^(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2017.

Em 31/12/2017, o custo médio ponderado nominal de juros da controladora é de 9,01%.

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	Consolidado
2017	2016
2.710.308	3.228.759
13.333.669	16.487.116
417.679	701.935
16.461.656	20.417.810
	2.710.308 13.333.669 417.679

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	C		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	78.063	-	1.679.416
2019	51.134	30.029	873.274	875.319
2020	98.895	77.983	3.158.211	3.261.435
2021	948	802	1.730.177	3.500.937
2022	834	776	147.715	150.916
2023 em diante	987	761	8.547.938	6.491.567
	152.798	188.414	14.457.315	15.959.590

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Principais captações em 2017

Em outubro de 2017, a Gerdau S.A., através de sua subsidiária Gerdau Trade Inc., concluiu a emissão de um Bond de 10 anos no montante de US\$ 650 milhões com cupom de 4,875% ao ano. Os recursos foram utilizados para a oferta de recompra à vista de parte dos Bonds com vencimento em 2021 e 2020, emitidos pela própria Gerdau Trade Inc. e Gerdau Holdings Inc., respectivamente.

b) Índices de Monitoramento

Apenas operações com o BNDES contemplam monitoramento de índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*.

c) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, em 31/12/2017, era de R\$ 110,4 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

d) Linhas de crédito e contas garantidas

Em junho de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas no Brasil obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que Companhia e suas controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. O saldo devedor dessa operação era de R\$ 402,5 milhões em 31/12/2017.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a renovação e redução do volume da operação *Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement*, uma linha de crédito *revolver* de US\$ 800 milhões que objetiva prover liquidez às suas controladas. A linha é dividida em duas tranches, sendo US\$ 200 milhões destinados às controladas da América do Norte e US\$ 600 milhões às controladas da América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e a operação vence em outubro de 2020. Em 31/12/2017, o montante desembolsado nesta linha era de US\$ 54 milhões (R\$ 178,6 milhões em 31/12/2017).

NOTA 14 – DEBÊNTURES

<u>Controladora</u>						Controladora		Consolidado
_	Assembléia	Quantidade	e em 31/12/2017					
Emissão	Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	2017	2016	2017	2016
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	140.582	01/06/2021	21.377	44.292	21.377	44.292
7ª	14/07/1982	68.400	68.236	01/07/2022	1.333	35.942	1.333	35.942
8ª	11/11/1982	179.964	177.222	02/05/2023	14.557	57.191	14.557	57.191
9ª	10/06/1983	125.640	125.037	01/09/2024	4.900	10.731	4.900	10.731
11a - Ae B	29/06/1990	150.000	149.252	01/06/2020	5.761	17.267	5.761	17.267
14ª	26/08/2014	20.000	12.023	30/08/2024	586.950	657.559	_	-
Total				_	634.878	822.982	47.928	165.423
Parcela do Não-circulante					634.878	822.982	47.928	165.423

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
2020	5.761	17.267	5.761	17.267
2021	21.377	44.292	21.377	44.292
2022	14.557	57.191	1.333	57.191
2023 em diante	593.183	704.232	19.457	46.673
	634.878	822.982	47.928	165.423

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,93% e 14,00%, para o exercício findo em 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente.

A Companhia possui avais prestados pelos controladores em garantia as debêntures das 7ª, 8ª, 9ª e 11ª emissões.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Depósitos judiciais, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações não são conduzidas com propósitos especulativos e têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros.

b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora				a Consoli			
		2017		2016		2017		2016
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	92.615	92.615	34.311	34.311	2.555.338	2.555.338	5.063.383	5.063.383
Aplicações financeiras	3.743	3.743	2.896	2.896	821.518	821.518	1.024.411	1.024.411
Contas a receber de clientes	292.852	292.852	177.230	177.230	2.798.420	2.798.420	3.576.699	3.576.699
Partes relacionadas	5.987	5.987	-	-	51.839	51.839	57.541	57.541
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	12.951	12.951
Depósitos judiciais	451.605	451.605	250.511	250.511	2.051.181	2.051.181	1.861.784	1.861.784
Outros ativos circulantes	41.863	41.863	41.364	41.364	469.737	469.737	668.895	668.895
Outros ativos não-circulantes	41.143	41.143	15.551	15.551	542.973	542.973	447.260	447.260
Passivos								
Fornecedores	219.392	219.392	94.687	94.687	3.179.954	3.179.954	2.743.818	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	258.111	258.111	428.208	428.208	16.461.656	17.102.512	20.417.810	20.716.266
Debêntures	634.878	634.878	822.982	822.982	47.928	47.928	165.423	165.423
Partes relacionadas	6.093.327	6.093.327	6.138.673	6.138.673	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	1.267	1.267	6.584	6.584
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.135.077	1.007.259	1.007.259	1.135.077	1.135.077	1.007.259	1.007.259
Outros passivos circulantes	110.885	110.885	21.517	21.517	625.410	625.410	514.599	514.599
Outros passivos não-circulantes	42.579	42.579	5.855	5.855	653.670	653.670	401.582	401.582

O valor justo de Empréstimos e Financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor de livros, são

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 15.g.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI – Key Perfomance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 22). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC entre 10%-13% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total menor ou igual a 60%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

					Controladora
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	219.392	219.392			
Empréstimos e financiamentos	295.940	123.818	169.050	2.035	1.038
Debêntures	915.683	123.010	6.528	40.289	868.866
Partes relacionadas	6.093.327	2.103.879	1.984.800	2.004.648	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	2.103.075	-	2.001.010	1.135.077
Outros passivos circulantes	110.885	110.885	_	_	-
Outros passivos não-circulantes	42.579	-	1.338	_	41.241
- mass -	8.812.883	2.557.974	2.161.716	2.046.972	2.046.222
					Controladora
					2016
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	94.687	94.687	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	491.131	270.464	133.086	85.905	1.676
Debêntures	1.567.615	-	-	93.488	1.474.127
Partes relacionadas	6.138.673	-	2.208.198	3.930.475	-
Obrigações com FIDC	1.007.259	-	-	-	1.007.259
Outros passivos circulantes	21.517	21.517	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	5.855	-	772	_	5.083
	9.326.737	386.668	2.342.056	4.109.868	2.488.145
					Consolidado
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.179.954	3.179.954			
Empréstimos e financiamentos	24.470.750	3.191.793	6.060.186	3.168.144	12.050.627
Debêntures	59.128	3.191.793	6.528	40.289	12.030.027
		1.067	0.328	40.289	12.511
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	1.267	-	-	1 125 077
Obrigações com FIDC	1.135.077 625.410	625.410	-	-	1.135.077
Outros passivos circulantes		023.410	12 200	-	640.461
Outros passivos não-circulantes	<u>653.670</u> 30.125.256	6.998.424	13.209 6.079.924	3.208.433	13.838.475
					Consolidado
					2016
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.743.818	2.743.818	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.258.030	5.940.222	4.818.322	8.443.080	10.056.406
Debêntures	277.879	_	_	93.488	184.391
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	6.584	6.584	_	_	-
Obrigações com FIDC	1.007.259	-	_	_	1.007.259
Outros passivos circulantes	514.599	514.599	_	_	_
Outros passivos pão-circulantes	514.599 401.582	514.599	- 11 081	-	- 390 501
Outros passivos circulantes Outros passivos não-circulantes	514.599 401.582 34.209.751	514.599 - 9.205.223	11.081 4.829.403	8.536.568	390.501 11.638.557

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2017	2016
Variações na moeda estrangeira	5%	129.209	253.294
Variações nas taxas de juros	10bps	54.908	63.416
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	369.176	376.517
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	234.239	228.637
Swaps de taxas de juros e moeda estrangeira	10bps/5%	6.479	9.870
Contratos futuros de Dólar	5%	1.480	15.816

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): em 31/12/2017 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 129.209 e R\$ 79.088 após os efeitos decorrentes das alterações de hedge de investimento líquido descritos na nota 15.g - (R\$ 253.294 e R\$ 177.711 em 31/12/2016, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do investment hedge as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2017, R\$ 54.908 (R\$ 63.416 em 31/12/2016) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2017, totaliza R\$ 369.176 (R\$ 376.517 em 31/12/2016) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 234.239 em 31/12/2017 (R\$ 228.637 em 31/12/2016). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros e moedas: a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros e moedas para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 bps na curva de juros e de 5% na taxa de câmbio e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R\$ 6.479 (R\$ 9.870 em 31/12/2016). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Os *swaps* de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar: a Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno representa uma receita de R\$ 1.480 (R\$ 15.816 em 31/12/2016), e uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos futuros de Dólar/Peso Chileno tiveram como objetivo a cobertura da posição passiva em Dólar e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos futuros de Dólar	Variação na taxa de câmbio	1.480	6.218	10.363
Contratos <i>swap</i> Swap de moeda	Variação na taxa de juros/câmbio	6.479	27.201	45.258
Cenário			25%	50%

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

			Controladora			Consolidado
		Ativos a valor justo com ganhos e perdas		T. (1)	Ativos a valor justo com ganhos e perdas	
2017	Empréstimos e	reconhecidos no	m	Empréstimos e	reconhecidos no	m
Ativos	recebíveis	resultado	Total	recebíveis	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	92.615	-	92.615	2.555.338	-	2.555.338
Aplicações financeiras	-	3.743	3.743	-	821.518	821.518
Contas a receber de clientes	292.852	-	292.852	2.798.420	-	2.798.420
Partes relacionadas	5.987	-	5.987	51.839	-	51.839
Depósitos judiciais	451.605	-	451.605	2.051.181	-	2.051.181
Outros ativos circulantes	41.863	-	41.863	469.737	-	469.737
Outros ativos não-circulantes	41.143		41.143	462.735	80.238	542.973
Total	926.065	3.743	929.808	8.389.250	901.756	9.291.006
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	56.904	140	57.044	177.466	87.242	264.708
		Controlad	ora			Consolidado

			Passivos a valor		
			justo com ganhos e		
	Outros passivos		perdas	Outros passivos	
	financeiros ao custo		reconhecidos no	financeiros ao custo	
Passivos	amortizado	Total	resultado	amortizado	Total
Fornecedores	219.392	219.392	-	3.179.954	3.179.954
Empréstimos e Financiamentos	258.111	258.111	-	16.461.656	16.461.656
Debêntures	634.878	634.878	-	47.928	47.928
Partes relacionadas	6.093.327	6.093.327	-	-	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.135.077	-	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes	110.885	110.885	-	625.410	625.410
Outros passivos não-circulantes	42.579	42.579	-	653.670	653.670
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		<u>-</u>	1.267		1.267
Total	8.494.249	8.494.249	1.267	22.103.695	22.104.962
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	(630.499)	(630.499)	(12.503)	(1.395.553)	(1.408.056)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Co	ntroladora				Consolidado
2016		a valor justo com ganhos e perdas onhecidos no	attoradora	Empréstimos e	Ativos a valor just com ganhos perda reconhecidos r	e perdas as reconhecidos no	Consultation
Ativos	recebíveis	resultado	Total	recebíveis	resultad	lo Líquido	Total
Caixa e equivalentes de caixa	34.311	-	34.311	5.063.383		-	5.063.383
Aplicações financeiras	-	2.896	2.896	-	1.024.41		1.024.411
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-		-	-		- 12.951	12.951
Contas a receber de clientes	177.230		177.230	3.576.699		-	3.576.699
Partes relacionadas	-		-	57.541		-	57.541
Depósitos judiciais	250.511		250.511	1.861.784		-	1.861.784
Outros ativos circulantes	41.364		41.364	668.895		-	668.895
Outros ativos não-circulantes	15.551	<u> </u>	15.551	380.211	67.04		447.260
Total	518.967	2.896	521.863	11.608.513	1.091.46	50 12.951	12.712.924
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2016	13.730	177	13.907	100.150	300.12	13 -	400.273
			Con	<u>troladora</u>			Consolidado
	Passivos a valor			Pa	assivos a valor		
	justo com ganhos e			justo	o com ganhos e		
	perdas	Outros passivos			perdas	Outros passivos	
	reconhecidos no	financeiros ao custo		re	•	financeiros ao custo	
Passivos	reconnected no resultado	financeiros ao custo amortizado		re Total		•	Total
Passivos Fornecedores					econhecidos no	financeiros ao custo	Total 2.743.818
		amortizado		Total	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado	
Fornecedores		amortizado 94.687		94.687	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado 2.743.818	2.743.818
Fornecedores Empréstimos e Financiamentos		94.687 428.208		94.687 428.208	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado 2.743.818 20.417.810	2.743.818 20.417.810
Fornecedores Empréstimos e Financiamentos Debêntures		94.687 428.208 822.982		Total 94.687 428.208 822.982	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado 2.743.818 20.417.810	2.743.818 20.417.810
Fornecedores Empréstimos e Financiamentos Debêntures Partes relacionadas		amortizado 94.687 428.208 822.982 6.138.673		Total 94.687 428.208 822.982 6.138.673	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado 2.743.818 20.417.810 165.423	2.743.818 20.417.810 165.423
Fornecedores Empréstimos e Financiamentos Debêntures Partes relacionadas Obrigações com FIDC		amortizado 94.687 428.208 822.982 6.138.673 1.007.259		Total 94.687 428.208 822.982 6.138.673 1.007.259	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado 2.743.818 20.417.810 165.423 - 1.007.259	2.743.818 20.417.810 165.423 - 1.007.259
Fornecedores Empréstimos e Financiamentos Debêntures Partes relacionadas Obrigações com FIDC Outros passivos circulantes		amortizado 94.687 428.208 822.982 6.138.673 1.007.259 21.517		Total 94.687 428.208 822.982 6.138.673 1.007.259 21.517	econhecidos no	financeiros ao custo amortizado 2.743.818 20.417.810 165.423 - 1.007.259 514.599	2.743.818 20.417.810 165.423 - 1.007.259 514.599
Fornecedores Empréstimos e Financiamentos Debêntures Partes relacionadas Obrigações com FIDC Outros passivos circulantes Outros passivos não-circulantes		amortizado 94.687 428.208 822.982 6.138.673 1.007.259 21.517		Total 94.687 428.208 822.982 6.138.673 1.007.259 21.517	resultado 	financeiros ao custo amortizado 2.743.818 20.417.810 165.423 - 1.007.259 514.599	2.743.818 20.417.810 165.423 - 1.007.259 514.599 401.582

Em 31/12/2017, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e contratos futuros de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: swaps de taxas de juros, swaps de moedas e contratos futuros de moeda.

Contratos futuros de Dólar

A Companhia contratou operações de NDFs (*Non Deliverable Forward*) com objetivo de mitigar o risco de variação cambial tanto de ativos quanto de passivos denominados em Dólar americano. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Contratos de Swap

A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas como *hegde* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* em Dólar e paga uma taxa de juros fixa baseada na moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

								Consolidado
		_		Valor de referência		Valor a receber		Valor a pagar
Contratos de Proteção Patrimonial		Posição	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros de Dólar Vencimento em 2017 Vencimento em 2017		lo em US\$ lo em US\$	-	US\$ 84,8 milhões US\$ 15,0 milhões	-	734 1.823	-	(6.584)
Contratos cross currency swap								
Vencimento em 2017		M + 2,25% IR 11,02%	-	US\$ 25,0 milhões	-	5.684	-	-
Vencimento em 2018		6M + 2% IR 10,17%	US\$ 40,0 milhões	US\$ 40,0 milhões	-	4.710	(1.267)	-
Total valor justo instrumentos financeir	os					12.951	(1.267)	(6.584)

Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2017	2016
Ativo circulante	-	2.557
Ativo não-circulante	-	10.394
		12.951
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	-	(6.584)
Passivo não-circulante	(1.267)	-
	(1.267)	(6.584)
Demonstração do Resultado	2017	2016
Ganho com instrumentos financeiros	9.666	33.753
Perda com instrumentos financeiros	(19.107)	(72.683)
	(9.441)	(38.930)
Demonstração do Resultado Abrangente		
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros	(11.364)	212
	(11.364)	212

f) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como conseqüência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

A variação cambial gerada sobre as operações de *Ten/Thirty Years Bonds* no montante de US\$ 2,2 bilhões (designadas como hedge) é reconhecida na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,4 bilhão (não designada como hedge) é reconhecida no resultado. Adicionalmente, a Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos de operações de financiamentos detidos pela controlada Gerdau Açominas S.A., no valor de US\$ 0,1 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia provou a efetividade do hedge a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R\$ 148.548 para o exercício findo em 31/12/2017, na Controladora (ganho de R\$ 1.678.852 para o exercício findo em 31/12/2016) e como uma perda não realizada, liquido de impostos, no montante de R\$ 148.560 para o exercício findo em 31/12/2017, no Consolidado (ganho de R\$ 1.679.312 para o exercício findo em 31/12/2016).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

g) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2016, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2017, são os seguintes:

A controladora possui saldo de Títulos para negociação que se enquadram no Nível 1.

GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

						Consolidado	
					Mensuração	ao valor justo	
		Saldo Contábil	Preços cotados ativos para at	em mercados ivos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)		
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	5.063.383	-	-	2.555.338	5.063.383	
Aplicações financeiras							
Títulos para negociação	821.518	1.024.411	238.008	458.639	583.510	565.772	
Contas a receber de clientes	2.798.420	3.576.699	-	-	2.798.420	3.576.699	
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	2.557	-	-	-	2.557	
Outros ativos circulantes	469.737	668.895	-	-	469.737	668.895	
Ativo não-circulante							
Partes relacionadas	51.839	57.541	-	-	51.839	57.541	
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	10.394	-	-	-	10.394	
Depósitos judiciais	2.051.181	1.861.784	-	-	2.051.181	1.861.784	
Outros ativos não-circulantes	542.973	447.260			542.973	447.260	
	9.291.006	12.712.924	238.008	458.639	9.052.998	12.254.285	
Passivo circulante							
Fornecedores	3.179.954	2.743.818	-	-	3.179.954	2.743.818	
Empréstimos e Financiamentos	2.004.341	4.458.220	-	-	2.004.341	4.458.220	
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	6.584	-	-	-	6.584	
Outros passivos circulantes	625.410	514.599	-	-	625.410	514.599	
Passivo não-circulante							
Empréstimos e Financiamentos	14.457.315	15.959.590	-	-	14.457.315	15.959.590	
Debêntures	47.928	165.423	-	-	47.928	165.423	
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	-	-	-	1.267	-	
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.007.259	-	-	1.135.077	1.007.259	
Outros passivos não-circulantes	653.670	401.582		_	653.670	401.582	
	22.104.962	25.257.075		_	22.104.962	25.257.075	

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Conforme requerido pela norma IAS 7 (CPC 03), a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

		Alteraç	ões caixa	Alteraçõe	s não caixa	
Controladora	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, incorporação de controlada e outros	Saldo em 31/12/2017
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.251.190	(142.405)	(89.918)	86.714	(212.592)	892.989
Partes Relacionadas, líquidas	6.138.673	(471.316)	-	332.611	87.372	6.087.340

		Alteraç	ões caixa	Alteraçõe	s não caixa	
Controladora	Saldo em 31/12/2015	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2016
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.135.744	111.895	(145.419)	146.386	2.584	1.251.190
Partes Relacionadas, líquidas	7.427.075	(447.669)	-	358.664	(1.199.397)	6.138.673

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Alteraç	ões caixa	Alterações não caixa		
Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2017
Partes Relacionadas, líquidas	(57.541)	5.797	-	(95)	-	(51.839)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	20.576.866	(3.975.541)	(1.330.116)	1.323.448	(83.806)	16.510.851

		Alteraç	ões caixa	Alteraçõe	s não caixa	
Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2016
Partes Relacionadas, líquidas	(53.506)	(6.492)	-	2.457	-	(57.541)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	26.417.256	(2.150.035)	(1.240.165)	1.540.797	(3.990.987)	20.576.866

NOTA 16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Encargos sociais sobre folha de pagamento	6.194	4.950	75.752	89.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	6.668	3.267	37.444	43.915
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	3.358	2.633	5.411	8.470
Imposto sobre Produtos Industrializados	901	-	17.305	13.864
Imposto sobre valor agregado e outros	5.908	4.617	148.189	185.178
	23.029	15.467	284.101	341.190

NOTA 17 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Controladora

I) Provisões

	Controladora		Consortuado	
	2017	2016	2017	2016
a) Provisões tributárias			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	2.666	2.591	2.821	67.942
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido	-	-	39.256	37.376
Encargo de Capacidade Emergencial e Recomposição Tarifária Extraordinária	1.998	1.880	9.278	8.852
Programa de Integração Social e Contribuição Financiamento da Seguridade Social	71.701	220.815	163.981	1.678.778
Outras provisões tributárias e contribuições previdenciárias	1.554	186	42.285	36.823
b) Provisões trabalhistas	116.986	71.952	517.329	358.901
c) Provisões cíveis	415	568	52.933	50.554
	195.320	297.992	827.883	2.239.226

Como resultado líquido da reversão da provisão contábil descrita a seguir (provisões tributárias), relativa à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia registrou os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados Consolidados.

a) Provisões tributárias

A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para as quais vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 referiamse aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 e IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do CPC 25 e IAS 37. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro.

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2017, no montante de R\$ 1.691.596, referente à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

Durante o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento do Estado de Minas Gerais incluindo valores substancialmente já provisionados relativos a ICMS.

As demais provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, individuais e coletivas e as discussões envolvem substancialmente pedidos de horas extras, adicional noturno, horas *in itinere*, adicionais de insalubridade e periculosidade, indenização por acidentes do trabalho, doença ocupacional e danos morais, entre outros.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam em 31/12/2017, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

_	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	297.992	268.599	2.239.226	1.904.730
(+) Adições	25.287	43.654	527.543	313.246
(+/-) Atualização monetária	(32.516)	1.293	(419.567)	178.661
(-) Reversão de valores provisionados	(132.865)	(15.554)	(1.517.787)	(144.025)
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	-	-	(201)	(3.235)
(+) Incorporação de empresas controladas	37.422	-	-	-
(-) Baixa por venda de empresa controlada	-	-		(10.151)
(-) Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	<u> </u>		(1.331)	
Saldo no final do exercício	195.320	297.992	827.883	2.239.226

II) Passivos contingentes não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

a) Contingências Tributárias

- **a.1**) A Companhia e suas controladas, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 443.137.
- **a.2**) A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 309.581, (ii) Programa de Integração Social PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 438.843, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 76.866 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 370.175.
- **a.3**) A controlada da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 122.029, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE). A companhia apresentou impugnação em 13/01/2017, que foi julgada improcedente pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em 05/06/2017, razão pela qual a Companhia apresentou Recurso Voluntário, em 04/07/2017, o qual está atualmente aguardando julgamento na primeira instância do CARF.
- **a.4)** A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.488.989. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.317.381 correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 951.736 correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R\$ 365.645 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF), e foi submetido a Recurso Especial, o qual foi parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017, e atualmente aguarda realização de redistribuição do processo para novo julgamento pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, para análise das matérias que não foram por ela analisadas anteriormente; e (ii) R\$ 171.608 correspondem a um processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

CARF, ao qual foi negado provimento, razão pela qual foi submetido a Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

a.5) A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.)e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 6.217.810, dos quais: (i) R\$ 4.963.398 correspondem a quatro processos da Companhia e das controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobranca judicial, sendo que as Companhias já ofertaram garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, já tendo sido iniciadas as discussões judiciais em Embargos à Execução pela Controlada Gerdau Aços Longos S/A, em seus respectivos processos, que somam o montante de R\$ 3.195.379, e, ainda, pela Companhia, em seu respectivo processo, que soma o montante de R\$ 364.370; (ii) R\$ 600.101 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Voluntário na primeira instância do CARF; (iii) R\$ 531.138 correspondem a dois processos da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado improcedente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), tendo sido apresentados Embargos de Declaração contra as referidas decisões, os quais estão pendentes de julgamento; e (iv) R\$ 123.172 correspondem a um processo da Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seus Embargos de Declaração, interpostos contra decisão que julgou improcedente o seu Recurso Voluntário, rejeitados em 07/12/2017, cuja decisão a empresa teve ciência em 19/12/2017, para a oposição do recurso cabível.

Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a "Operação") estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos.

Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e na contratação de empresas que representam a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação destas empresas incluíram cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação destas empresas incluíram a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna").

A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

b) Contingências Cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, para R\$ 417.820).

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspenção dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Foram proferidas sentenças pela improcedência das ações e ambas encontram-se e grau recursal.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação.

- **b.2**) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 191.112. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.
- b.3) Em 26/05/2016, uma ação coletiva no âmbito do mercado de capitais (securities class action) foi ajuizada na Corte Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, em face da Gerdau e de alguns administradores e exadministradores da Companhia, por adquirentes de certificados norte-americanos de depósitos de ações (American Depositary Receipts - ADRs) da Companhia negociados na Bolsa de Valores de Nova York. Em 9/08/2016, a corte nomeou o Fundo de Pensões e Benefícios dos Policiais de Chicago como autor líder da ação. Em 31/10/2016, o autor líder protocolou uma petição revisada nos termos dos Artigos 10(b) e 20(a) da Lei de Valores Mobiliários de 1934 em nome de uma determinada classe de adquirentes de ADRs da Gerdau entre 23/04/2012 e 16/05/2016. A petição revisada alegava, dentre outros, que a Companhia e alguns dos seus executivos teriam se envolvido num esquema de corrupção em conjunto com o CARF, esquema esse que teria - alegadamente - resultado no não pagamento de aproximadamente US\$ 429 milhões em tributos e feito com que as declarações dos réus sobre os negócios, operações e perspectivas da Gerdau contidas nos documentos arquivados pela Gerdau junto aos órgãos reguladores dos mercados de capitais fossem falsas e imprecisas e/ou não tivessem sido razoavelmente embasadas. A petição revisada não especificava o valor dos danos alegados, e incluía, ainda, pedidos relacionados com a operação de aquisição de participações societárias descrita na nota (c) abaixo. Em 17/01/2017, a Companhia protocolou petição requerendo a extinção sumária do processo (motion to dismiss), mas, antes de sua apreciação pela Corte, as partes requereram a suspensão do processo, a fim de iniciar um processo de mediação. Em 5/07/2017 o autor líder da ação e os réus chegaram a um acordo, no montante de US\$ 15 milhões, que foi aprovado pela Corte em 20/10/2017. Consequentemente, a ação foi extinta, em caráter final e definitivo, em relação ao autor líder da ação e à classe de adquirentes de ADRs da Gerdau. O montante pago foi substancialmente coberto por seguro. Referido acordo não reconhece qualquer responsabilidade pelos réus e o quanto acordado constituiu, na opinião da Companhia e de seus assessores legais, a melhor alternativa no sentido de eliminar incertezas, ônus e custos decorrentes com a continuidade dessa disputa.

c) Processo administrativo - Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e ArcelorMittal Netherlands BV. A aprovação dessa transação foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que os preços eram adequados levando-se em consideração: as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia. A Companhia, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A e alguns administradores e ex-administradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em empresas controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente justificada, como dito acima. Não há previsão de prazo para a decisão definitiva do caso. A Metalúrgica Gerdau S.A. acredita que, neste momento, não existe informação suficiente para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas é requerida.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Tributários	402.215	216.869	1.883.562	1.716.996
Trabalhistas	48.165	32.342	128.849	107.191
Cíveis	1.225	1.300	38.770	37.597
	451.605	250.511	2.051.181	1.861.784

IV) Ativo Contingente - Empréstimos Compulsórios Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)

O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobrás a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações de sua emissão. Antes da conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação situavam-se em patamares mensais bastante elevados.

Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos empréstimos compulsórios, que totalizam aproximadamente R\$ 1.260 milhões. Recentemente, notadamente em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável a Companhia de forma que não cabem mais recursos contra tais decisões ("Trânsito em Julgado") quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados.

A obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima, nos termos da norma IAS 37 (CPC 25), permite considerar que a entrada de benefícios econômicos passou a ser provável. No entanto, ainda não é praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (virtually certain) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que, nos termos das normas acima mencionadas, implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 18 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Mútuos ativos				
Empresas controladas				
Gerdau Aços Longos S.A.	2.596	-	-	-
Gerdau Açominas S.A.	2.719	-	-	-
Empresa com controle compartilhado				
Gerdau Corsa SAPI de C.V.	-	-	7	48
Outros				
Fundação Gerdau	-	-	51.832	57.493
Outros	672	<u>-</u>	<u>-</u>	
	5.987		51.839	57.541
Mútuos passi vos				
Empresas controladas				
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(3.893)	-	-
Gerdau Aços Especiais S.A.	-	(4.988)	-	-
Gerdau Açominas S.A.	-	(592)	-	-
Gerdau Trade Inc.	(6.093.327)	(6.129.200)	-	-
	(6.093.327)	(6.138.673)		-
(Despesas) Receitas financeiras líquidas	(332.611)	(358.664)	95	(2.457)

b) Operações com partes relacionadas

_				Controladora
			2017	2016
_			Contas a receber	Contas a receber
_	Compras	Vendas	(a pagar)	(a pagar)
Empresas controladas				
Sipar Aceros S.A.	-	2.736	1.729	399
Gerdau Aços Longos S.A.	61.982	10.242	(25.982)	1.372
Gerdau Aços Especiais S.A.	92.237	8.259	-	(852)
Gerdau Açominas S.A.	63.760	2.683	(1.308)	(219)
Villares Corporation of America	-	-	-	13.469
Outros	-	-	-	-
Empresas com controle compartilhado				
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	-	-	9.953	-
Gerdau Corsa S.A.P.I	<u>-</u>			244
	217.979	23.920	(15.608)	14.413

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R\$ 630.190 em 31/12/2017 (R\$ 421.415 em 31/12/2016) e de compras no montante de R\$ 121.618 em 31/12/2017 (R\$ 141.275 em 31/12/2016). O saldo líquido monta R\$ 508.572 em 31/12/2017 (R\$ 280.140 em 31/12/2016).

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, a Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores, direta ou indiretamente, referentes, dentre outros, por avais prestados pelos controladores em garantia de debêntures, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. O efeito destas transações na controladora e no consolidado foi uma despesa de R\$ 689 (R\$ 4.732 em 31/12/2016), respectivamente. Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R\$ 801 (R\$ 1.001 em 31/12/2016) em termos consolidados, oriunda de contrato de locação.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Ve ncime nto	2017	2016
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.744.000	out/17	-	2.577.296
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 30 anos	1.118.000	abr/44	1.654.000	1.629.550
Diaco S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	137.700	ago/18	128.019	397.238
Armacero-Matco S.A., Salomon Sack S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	214.793	dez/18	226.700	-
Gerdau Holding Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.188.125	jan/20	1.711.649	1.801.389
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.117.750	jan/21	1.570.546	3.345.222
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.973.313	jul/18 - dez/21	1.797.856	2.061.260
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	6.550	-
GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.606.346	abr/24	3.031.974	2.987.154
Sipar Aceros S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	436.959	set/18-set/21	85.920	434.706
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.501.275	abr/23	1.792.291	1.832.625
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	98.359	set/18 - fev/19	287.690	354.585
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	-	Indeterminado	-	55.130
Comercial Gerdau Bolivia	Controlada	Contratos de Financiamento	-	nov/17	-	13.036
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	2.960.203	jan/20 - fev/21	2.158.271	2.627.205
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 25 anos	103.596	out/37	168.708	166.214
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 30 anos	46.460	mai/37	76.084	74.959
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	556.247	out/24 - dez/30	282.534	318.784
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	7.007	dez/18	7.007	304.194
Siderúrgica Zuliana, C.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	50.010	dez/18	33.080	65.182
Gerdau Ameristeel Corporation; Gerdau Ameristeel US Inc.; Gerdau Macsteel Inc.; Comercial Gerdau Bolivia S.A.; Gerdau Aza S.A.; Gerdau Metaldom S.A.; Sipar Aceros S.A.; Gerdau Hungria Holdings LLC; Aceros Corsa S.A. de C.V.; Gerdau Corsa S.A.P.I de C.V.; Gerdau GTL México S.A. de C.V.; Sidertul S.A. de C.V.; Steelchem Trading Corporation; Empresa Siderúrgica Del Perú S.A.A.; Gerdau Hungria Y CIA, S.R.C e Gerdau	Controladas e Empresas com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	-	out/20	178.200	635.525
Laisa S.A. Gerdau Aços Especiais S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	70.000	fev/20	-	63.000

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Debêntures

Das debêntures em circulação, estão em poder de empresas controladas, títulos no montante de R\$ 586.950 em 31/12/2017 (R\$ 657.559 em 31/12/2016), que corresponde a 7.977 debêntures (9.826 em 31/12/2016). Em termos consolidados, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 348 em 31/12/2017 (R\$ 33.438 em 31/12/2016), que corresponde a 63 debêntures (5.964 em 31/12/2016).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

e) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31/12/2017, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 2.022 (R\$ 2.280 em 31/12/2016) na controladora e R\$ 20.441 (R\$ 33.686 em 31/12/2016) em termos consolidados. Em 31/12/2017, as contribuições para os planos de pensão relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 81 e R\$ 14.829 – Plano de contribuição definida (R\$ 41 e R\$ 1.359 em 31/12/2016) na controladora e no consolidado, respectivamente.

Para os administradores, as opções de compras de ações totalizaram no final do exercício:

		2017
		Preço
	Número de	Médio de
	<u>opções</u>	Exercício
		R\$
No início do exercício	398.179	16,64
Opções canceladas	(217.819)	15,11
No final do exercício	180.360	17,91

As ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2017	2016
No início do Exercício	4.831.999	1.669.557
Outorgadas	1.353.930	3.399.729
Exercidas	(240.619)	(237.287)
No final do Exercício	5.945.310	4.831.999

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 25.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 1.145 na controladora e R\$ 14.609 em termos consolidados no exercício findo em 31/12/2017 (R\$ 2.259 e R\$ 14.095 em 31/12/2016, respectivamente).

Durante o exercício findo em 31/12/2017 a remuneração dos membros do Conselho Consultivo foi de R\$ 0 na controladora e no consolidado (R\$ 1.958 em 31/12/2016).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2017:

	Controladora		dora Consolida		
	2017	2016	2017	2016	
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	320	489	1.149	1.490	
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido		-	_	55.307	
Total do ativo - Não-circulante	320	489	1.149	56.797	
	<u> </u>				
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	-	1.084.758	1.144.080	
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	-	-	316.230	305.447	
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento		<u> </u>	23.876	55.276	
Total do passivo	-	_	1.424.864	1.504.803	
Parcela do Circulante	-	_	253	409	
Parcela do Não-circulante	-	_	1.424.611	1.504.394	

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito no resultado decorrente da variação na taxa de desconto	(19.286)	15.457

Em 31/12/2017, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (470.580) (R\$ (355.194) em 31/12/2016) para a controladora e R\$ (1.227.722) (R\$ (1.111.842) em 31/12/2016) para o consolidado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Plano de Pensão de Benefício Definido

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	Cor	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	
Custo do serviço corrente	-	-	60.595	57.619	
Custo financeiro	1.081	1.073	90.381	199.389	
Receita de juros sobre os ativos do plano	(2.047)	(1.826)	(64.128)	(186.856)	
Custo do serviço passado	-	-	1.082	2.788	
Liquidações/Reduções	-	-	(566)	609	
Restrição ao custo dos juros devido a limitação de recuperação	966	753	21.211	22.916	
Custo líquido com plano de pensão	-	-	108.575	96.465	

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	Controladora		a Consoli	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(10.723)	(10.433)	(4.314.592)	(4.174.653)
Valor justo dos ativos do plano	18.724	19.317	3.456.613	3.292.890
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(8.001)	(8.884)	(226.779)	(207.010)
Efeito líquido	-	-	(1.084.758)	(1.088.773)
Ativo reconhecido	<u> </u>	<u>-</u>	-	55.307
Passivo reconhecido		-	(1.084.758)	(1.144.080)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	Controladora		Consolida	
	2017	2016	2017	2016
Variação na obrigação de benefício				
Obrigação de benefício no início do exercício	10.433	8.922	4.174.653	4.739.299
Custo do serviço corrente	-	-	60.595	57.619
Custo financeiro	1.081	1.073	195.557	199.389
Pagamento de benefícios	(1.067)	(1.008)	(335.471)	(317.505)
Custo do serviço passado	-	-	1.082	2.788
Liquidações/Reduções	-	-	(52.035)	609
Remensurações atuariais	276	1.446	235.549	186.905
Transferência para passivo mantido para venda	-	-	(101.794)	-
Variação cambial	<u>-</u>	<u> </u>	136.456	(694.451)
Obrigação de benefício no final do exercício	10.723	10.433	4.314.592	4.174.653

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Variação nos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	19.317	14.864	3.292.890	3.865.411
Receita de juros sobre os ativos do plano	2.047	1.826	169.304	186.857
Contribuições dos patrocinadores	-	-	111.450	(47.574)
Liquidações/Reduções	-		(51.469)	(6.710)
Pagamentos de benefícios	(1.067)	(1.008)	(335.471)	(317.505)
Retorno sobre os ativos do plano	(1.573)	3.635	232.214	109.153
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	(73.127)	-
Variação cambial	<u> </u>		110.822	(496.742)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	18.724	19.317	3.456.613	3.292.890

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R\$ 3.558 (R\$ 1.895 em 31/12/2016).

As remensurações são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Retorno sobre os ativos do plano	1.573	(3.635)	(232.214)	(109.153)
Remensurações atuariais	276	1.446	235.549	186.905
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	(1.849)	2.189	(1.696)	3.065
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes	-	-	1.639	80.817
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes por equivalência	115.386	42.091	-	-
patrimonial de controladas				
Total reconhecido nos resultados abrangentes	115.386	42.091	1.639	80.817

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

				C	Controladora
	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(10.723)	(10.433)	(8.922)	(9.596)	(8.724)
Valor justo dos ativos do plano	18.724	19.317	14.864	15.083	12.871
Superávit	8.001	8.884	5.942	5.487	4.147
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	276	1.446	(820)	796	(1.293)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	1.573	(3.635)	1.007	(1.668)	1.642
					Consolidado
	2017	2016	2015	2014	Consolidado 2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	2017 (4.314.592)	2016 (4.174.653)	2015 (4.330.737)		
Valor presente da obrigação de benefício definido Valor justo dos ativos do plano				2014	2013
	(4.314.592)	(4.174.653)	(4.330.737)	2014 (3.791.670)	2013 (3.113.818)
Valor justo dos ativos do plano	(4.314.592) 3.456.613	(4.174.653) 3.292.890	(4.330.737) 3.865.411	2014 (3.791.670) 3.319.133	2013 (3.113.818) 3.081.582

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

		2017
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	48,3%
Renda Variável	-	45,0%
Outros	2%	6,7%
Total	100%	100%
		2016
	Planos Brasileiros	2016 Planos Americanos
Renda Fixa	Planos Brasileiros 97,0%	
Renda Fixa Renda Variável		Planos Americanos
		Planos Americanos 45,8%
Renda Variável	97,0%	Planos Americanos 45,8% 48,5%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As controladas nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas controladas contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação dos planos americanos varia entre 50% em renda variável (ações), 40% em renda fixa (títulos da dívida) e 10% em títulos alternativos e para os planos brasileiros se aproxima de 100% em renda fixa.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2017 e 2016, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

		2017
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	9,84%	3,25% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2017
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2017
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano de	Baseada na idade e/ou
	Aposentadoria	no serviço
		2016
	Planos Brasileiros	2016 Planos Americanos
Taxa média de desconto	Planos Brasileiros 10,87%	
Taxa média de desconto Taxa de aumento da remuneração		Planos Americanos
	10,87%	Planos Americanos 3,75% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	10,87% Não aplicável	Planos Americanos 3,75% - 4,25% 3,25%
Taxa de aumento da remuneração Tábua de mortalidade	10,87% Não aplicável RP-2000	Planos Americanos 3,75% - 4,25% 3,25% CPM-2014 e RP-2014

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 2.852 em 2017 (R\$ 4.269 em 2016) para a controladora e R\$ 132.399 em 2017 (R\$ 143.561 em 2016) no consolidado.

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As controladas nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2017	2016
Custo do serviço corrente	4.441	4.481
Custo financeiro	12.162	15.494
Custo do serviço passado	5.769	(75.787)
Custo líquido com plano de saúde	22.372	(55.812)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(316.364)	(305.447)
Passivo total líquido	(316.364)	(305.447)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2017	2016
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	305.447	446.842
Custo do serviço corrente	4.441	4.481
Custo financeiro	12.162	15.494
Custo do serviço passado	5.769	(75.787)
Contribuições dos participantes	1.556	2.212
Pagamento de benefícios	(14.230)	(14.799)
Remensurações	(14.452)	(3.673)
Variação cambial	15.671	(69.323)
Obrigação de benefício no final do exercício	316.364	305.447
	2017	2016
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	12.572	12.463
Contribuições dos participantes	1.556	2.212

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

Valor justo dos ativos do plano no final do exercício

Pagamentos de benefícios

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)	(369.086)
Déficit	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)	(369.086)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	(14.452)	(3.673)	(45.884)	42.345	(20.980)

(14.128)

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2017	2016
Remunerações	(14.452)	(3.673)
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	(14.452)	(3.673)

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2017	2016
Taxa média de desconto	3,25% - 3,50%	3,75% - 4,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	6,88% - 7,60%	6,40% - 6,80%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de	4,00% a 4,50%	4,00% a 4,50%
2026 a 2041		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	92	(765)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	37.871	(47.434)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 23.876 em 31/12/2017 (R\$ 55.276 em 31/12/2016).

NOTA 20 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Cor	<u>itroladora</u>	Consolidado_			
	2017	2016	2017	2016		
Provisão para passivos ambientais	496	893	85.191	83.806		
Parcela do Circulante	496	893	21.928	17.737		
Parcela do Não-circulante	-	-	63.263	66.069		

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES COM FIDC – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 17 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cujo valor justo na data de constituição do FIDC foi de aproximadamente R\$ 800 milhões. Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A.

A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado R\$ 1.135.077 em 31/12/2017 (R\$ 1.007.259 em 31/12/2016) na Controladora e no Consolidado em "Obrigações com FIDC".

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

		2017		2016
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	571.929.945	1.137.018.570	571.929.945	1.114.744.538
Aquisições de ações para tesouraria	-	-	-	(10.000.000)
Exercício de opções de compra de ações	-	308.614	-	2.274.032
Transferência de ações		=	<u>-</u>	30.000.000
Saldo no fim do período/exercício	571.929.945	1.137.327.184	571.929.945	1.137.018.570

Em 31/12/2017 estão subscritas e integralizadas 573.627.483 ações ordinárias e 1.146.031.245 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 19.249.181 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

											Composi	çao acionaria
						2017						2016
Acionistas	Ord	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	- %	Total	%
Metalúrgica Gerdau S.A. e subsidiária*	557.898.901	97,3	95.471.131	8,3	653.370.032	38,0	449.712.654	78,4	202.806.626	17,7	652.519.280	37,9
Investidores institucionais brasileiros	254.785	0,0	155.227.424	13,5	155.482.209	9,0	41.883.032	7,3	92.721.295	8,1	134.604.327	7,8
Investidores institucionais estrangeiros	7.254.556	1,3	708.109.387	61,8	715.363.943	41,6	11.122.498	1,9	705.652.715	61,5	716.775.213	41,8
Outros acionistas	6.521.703	1,1	178.519.242	15,6	185.040.945	10,8	69.211.761	12,1	135.837.934	11,9	205.049.695	11,9
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	8.704.061	0,8	10.401.599	0,6	1.697.538	0,3	9.012.675	0,8	10.710.213	0,6
	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0

^{*} A Metalúrgica Gerdau S.A. é a controladora da Companhia e a Stichting Gerdau Johannpeter é a entidade controladora da Companhia em última instância.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

				2017	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
	Ações		Ações	Ações			Ações		
	Ordinárias	Ordinárias R\$		R\$	Ordinárias	R\$	Preferenciais	R\$	
Saldo inicial	1.697.538	557	9.012.675	98.189	1.697.538	557	31.286.707	382.806	
Recompras	-	-	=	=	=	-	10.000.000	95.343	
Exercício de opção de compra de ações	-	-	(308.614)	(22.661)	-	-	(2.274.032)	(10.461)	
Transferência de ações	-	-	<u> </u>	<u> </u>	-		(30.000.000)	(369.499)	
Saldo final	1.697.538	557	8.704.061	75.528	1.697.538	557	9.012.675	98.189	

Estas ações serão utilizadas para atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, ou permanência em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferências em tesouraria é de R\$ 8,68.

c) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- II) Incentivos fiscais pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.
- d) Ajustes de avaliação patrimonial são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.
- **e**) **Dividendos e juros sobre o capital próprio -** os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2017.

O prejuízo líquido do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela reserva de lucros – investimentos e capital de giro, conforme demonstrado a seguir:

	2017_	2016
Prejuízo líquido do exercício	(359.360)	(2.890.811)
Absorção de prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimento e capital de giro	359.360	2.890.811

No exercício de 2017, a Gerdau S.A. destinou R\$ 85.462 para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos nos primeiros nove meses de 2017. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro, conforme demonstrado a seguir:

			Açoes em				
Período	Natureza	R\$/ação	circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2017	2016
2º trimestre	Dividendos	0,02	1.709.205	21/08/2017	01/09/2017	34.184	51.225
3° trimestre	Dividendos	0,03	1.709.267	21/11/2017	01/12/2017	51.278	34.152
Dividendos						85.462	85.377
Crédito por açã	io (R\$)					0,05	0,05

NOTA 23 - LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 – Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e Diluído

			2017			2016
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares,	exceto ações e dados	por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dados j	por ação)
Numerador						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas						
ordinários e preferenciais	(120.267)	(239.093)	(359.360)	(969.954)	(1.920.857)	(2.890.811)
•			:			
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo a média das						
ações em tesouraria.	571.929.945	1.137.012.265		571.929.945	1.132.626.373	
=			=			
Lucro por ação (em R\$) – Básico e Diluído	(0,21)	(0,21)		(1,70)	(1,70)	
Eucro por ação (em Na) — Basico e Difuido	(0,21)	(0,21)	=	(1,70)	(1,70)	

Em virtude do prejuízo do exercício, a Companhia está considerando o mesmo prejuízo por ação básico e diluído, sem considerar os efeitos no cálculo diluído do potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de incentivo de longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

		Controladora	Consolidado			
	2017	2016	2017	2016		
Receita bruta de vendas	1.587.342	1.517.074	42.156.553	42.935.022		
Impostos incidentes sobre vendas	(284.173)	(271.724)	(2.956.896)	(2.765.957)		
Descontos	(11.642)	(15.271)	(2.282.038)	(2.517.398)		
Receita líquida de vendas	1.291.527	1.230.079	36.917.619	37.651.667		

NOTA 25 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

a) Plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

	Consolidado
Em 01/01/2016	12.525.256
Outorgadas	13.357.922
Canceladas	(3.046.593)
Exercidas	(2.403.094)
Em 31/12/2016	20.433.491
Outorgadas	3.170.952
Canceladas	(1.901.782)
Exercidas	(2.727.577)
Em 31/12/2017	18.975.084

Em 2017, a Companhia aprovou alterações no plano de incentivo de longo prazo possibilitando a utilização de múltiplas formas de remuneração baseada em ações e alterando a carência de exercício de cada outorga para 3 anos. Em 2017 foram outorgadas Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados.

b) Plano de opções de ações:

				Consolidado
		31/12/2017		31/12/2016
	Número de	Preço médio de	Número de	Preço médio de
	opções_	exercício	opções	exercício
		R\$		R\$
No início do exercício	569.115	16,64	1.074.246	18,36
Opções canceladas	(276.724)	15,11	(505.131)	20,49
No final do período	292.391	17,91	569.115	16,64

A cotação média da ação no exercício findo em 31/12/2017, foi de R\$ 11,19 (R\$ 7,68 no exercício findo em 31/12/2016).

A Companhia possui, em 31/12/2017, um total de 8.704.061 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Prazo médio das	Preço médio de	Consolidado Quantidade disponível em
Preço de exercício	Quantidade	opções	exercício	31/12/2017*
			R\$	
R\$ 14,39	40.873	1,2	13,89	40.873
R\$ 10,58 a R\$ 29,12	251.518	5,0	18,56	16.795
	292.391		_	57.668

^{*} O total de opções que venceram o prazo de carência e estão disponíveis para exercício em 31/12/2017 é de 57.668 (57.678 em 31/12/2016).

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no exercício findo em 31/12/2017 foi de R\$ 25.403 (R\$ 38.023 em 31/12/2016).

A Companhia reconhece o custo do plano de opções de ações com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Não houve novas outorgas para esse plano durante o exercício findo em 31/12/2017 e durante o exercício findo em 31/12/2016.

c) Demais Planos - América do Norte

A Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes na América do Norte e nenhuma outra outorga será concedida nesses planos. Todas as outorgas pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31/12/2017, existiam 147.210 SARs - Share Appreciation Rights (Direito de Apreciação de ações) liquidáveis em dinheiro pendentes nesses planos. Esta outorga é provisionada ao longo do período de carência de 4 anos. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o passivo em aberto para transações dos demais planos da América do Norte, incluídas em outras contas a pagar do passivo não circulante era de US\$ 9 mil (R\$ 29,8) e US\$ 10 mil (R\$ 32,6), respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio:											Exer	rcício findo em:
		Operação Brasil	Operação	América do Norte	Operação .	América do Sul	Operação .	Aços Especiais	Elimi	nações e ajustes		Consolidado
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	12.562.727	11.634.862	15.433.380	15.430.814	4.025.736	4.775.598	6.228.543	6.884.733	(1.332.767)	(1.074.340)	36.917.619	37.651.667
Custo das vendas	(10.996.383)	(10.405.078)	(14.823.590)	(14.514.789)	(3.523.394)	(4.103.231)	(5.301.172)	(6.238.749)	1.331.544	1.073.906	(33.312.995)	(34.187.941)
Lucro bruto	1.566.344	1.229.784	609.790	916.025	502.342	672.367	927.371	645.984	(1.223)	(434)	3.604.624	3.463.726
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(539.613)	(678.369)	(569.696)	(778.218)	(202.862)	(253.177)	(166.656)	(284.962)	(176.081)	(244.302)	(1.654.908)	(2.239.028)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.513)	2.111	29.113	26.223	11.260	41.396	14.989	14.166	47.882	43.951	91.731	127.847
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(45.279)	-	(1.069.528)	(2.779.146)	=	(138.765)	-	-	=	-	(1.114.807)	(2.917.911)
Resultado em operações com empresas controladas	-	-	-	=	=	-	-	-	(721.682)	(58.223)	(721.682)	(58.223)
Reversão de passivos contingentes, líquido	-	=	=	=	=	-	=	-	929.711	=	929.711	=
Resultado da equivalência patrimonial		<u> </u>	(111.581)	(46.917)	41.554	16.366	15.460		19.970	17.780	(34.597)	(12.771)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	969.939	553.526	(1.111.902)	(2.662.033)	352.294	338.187	791.164	375.188	98.577	(241.228)	1.100.072	(1.636.360)
Resultado financeiro, líquido	(564.397)	(603.373)	(46.184)	(63.654)	(74.301)	(96.822)	(122.837)	(148.313)	(335.629)	(33.093)	(1.143.348)	(945.255)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	405.542	(49.847)	(1.158.086)	(2.725.687)	277.993	241.365	668.327	226.875	(237.052)	(274.321)	(43.276)	(2.581.615)
Imposto de renda e contribuição social	(103.263)	13.140	201.807	133.818	(123.552)	(107.124)	(192.902)	(64.348)	(77.481)	(279.800)	(295.391)	(304.314)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	302.279	(36.707)	(956.279)	(2.591.869)	154.441	134.241	475.425	162.527	(314.533)	(554.121)	(338.667)	(2.885.929)
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.216.526	885.050	59.478	90.267	6.490	6.386	50.273	92.637	-	-	1.332.767	1.074.340
Depreciação/amortização	909.333	952.848	684.121	874.299	155.038	182.672	344.059	526.136	-	-	2.092.551	2.535.955
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	346.080	303.526	584.898	404.522	199.647	-	149.674	90.796	1.280.299	798.844
Ativos totais	17.051.262	18.672.770	14.872.755	16.459.784	5.208.265	5.582.926	8.834.041	11.970.203	4.335.438	1.949.458	50.301.761	54.635.141
Passivos totais	9.592.948	10.761.705	3.315.546	3.407.444	1.711.963	1.651.590	2.753.091	6.519.255	9.034.272	8.020.494	26.407.820	30.360.488

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

									Exc	ercício findo em:
Informações por área geográfica:	<u></u>	Brasil		América Latina (1)	Ame	érica do Norte (2)		Europa/Ásia		Consolidado
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	13.450.378	12.229.582	4.769.526	5.828.564	18.142.218	17.917.485	555.497	1.676.036	36.917.619	37.651.667
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos totais	23.872.075	24.266.983	6.009.394	6.159.387	19.629.950	23.463.447	790.342	745.324	50.301.761	54.635.141

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 27 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

	_		Consolidado
Modalidade	Abrangência	2017	2016
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material		
	em estado de fusão).	57.062.113	60.924.807
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	6.464.512	8.354.147
Responsabilidade Civil	Operações industriais	535.896	527.974

NOTA 28 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício no segmento América do Norte, onde o aumento na taxa de desconto antes do imposto de renda foi de 0,5% em relação a 2016.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 1.114.807 (R\$ 2.917.911 em 2016), sendo R\$ 265.369 (R\$ 239.329 em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa (nota 28.1) e R\$ 849.438 (R\$ 2.678.582 em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade do ágio (nota 28.2).

28.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Em 2016, em virtude da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades e da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos destas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239.329, sendo R\$ 138.765 no segmento América do Sul e R\$ 100.564 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 138.543 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 28.2 do teste de recuperabilidade do ágio.

28.2 Teste de recuperabilidade do ágio

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. No quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e com base nos eventos descritos anteriormente, principalmente pelo aumento da taxa de desconto antes do imposto de renda no segmento América do Norte, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte. Em 2016, os testes identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678.582 para o segmento América do Norte ocasionados pela deterioração das condições econômicas refletidas na queda da margem EBITDA à época.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2017 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2016; b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2016).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,6% (13,1% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 13,1% (14,0% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 14,7% (14,6% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 15,2% (14,9% em dezembro de 2016).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 2.679 milhões em 2016); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 724 milhões em 2016); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.601 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.225 milhões em 2016).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 872 milhões em 2016), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.170 milhões em 2016), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 486 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 425 milhões em 2016).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões (abaixo do valor contábil em R\$

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

661 milhões em 2016); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.596 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.301 milhões em 2016); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 318 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 561 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 673 milhões em 2015).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

NOTA 29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Depreciação e amortização	(107.350)	(134.335)	(2.092.551)	(2.535.955)	
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(198.761)	(282.113)	(5.514.721)	(6.508.834)	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(760.560)	(646.414)	(23.423.950)	(22.863.693)	
Fretes	(50.287)	(36.858)	(2.281.773)	(2.279.459)	
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(1.114.807)	(2.917.911)	
Resultado em operações com empresas controladas	-	-	(721.682)	(58.223)	
Reversão de passivos contingentes, líquido	116.925	-	929.711	-	
Outras despesas/receitas	(64.199)	(58.258)	(1.563.177)	(2.111.181)	
	(1.064.232)	(1.157.978)	(35.782.950)	(39.275.256)	
	-				
Classificados como:					
Custo dos produtos vendidos	(1.116.959)	(1.099.721)	(33.312.995)	(34.187.941)	
Despesas com vendas	(3.994)	(8.625)	(524.965)	(710.766)	
Despesas gerais e administrativas	(61.366)	(50.277)	(1.129.943)	(1.528.262)	
Outras receitas operacionais	28.044	15.910	260.618	242.077	
Outras despesas operacionais	(26.882)	(15.265)	(168.887)	(114.230)	
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(1.114.807)	(2.917.911)	
Resultado em operações com empresas controladas	-	-	(721.682)	(58.223)	
Reversão de passivos contingentes, líquido	116.925	<u>-</u>	929.711	<u>-</u>	
	(1.064.232)	(1.157.978)	(35.782.950)	(39.275.256)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Rendimento de aplicações financeiras Juros recebidos e outras receitas financeiras	194 57.032	318 26.947	85.153 141.462	142.965 109.080	
Total Receitas Financeiras	57.226	27.265	226.615	252.045	
Juros sobre a dívida Variações monetárias e outras despesas financeiras Total Despesas Financeiras	(86.714) (502.644) (589.358)	(146.386) (551.939) (698.325)	(1.323.448) (402.836) (1.726.284)	(1.540.797) (469.208) (2.010.005)	
Variação cambial, líquida Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (nota 17) Ganhos e perdas com instrumentos financeiros, líquidos	(86.074) 44.751	1.176.355 - (1.447)	(4.057) 369.819 (9.441)	851.635 - (38.930)	
Resultado Financeiro, Líquido	(573.455)	503.848	(1.143.348)	(945.255)	

NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- I) Em 8/01/2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão, em um prazo de até 3 meses contados a partir da data de autorização, de até 10.000.000 ações preferenciais (GGBR4) ou *American Depositary Receipts* ADRs (GGB). Esta autorização tem o objetivo de atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação no mercado. As aquisições serão suportadas por reservas de lucros existentes, cabendo à Diretoria fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Em 17/01/2018 o programa de recompra de ações foi concluído.
- II) Em 31/01/2018, a Companhia anunciou um acordo definitivo de venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, assim como duas unidades de processamento para a Optimus Steel LLC por US\$ 92,5 milhões (equivalente a R\$ 292,5 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, o qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. O acordo inclui a usina da Companhia localizada em Beaumont, Texas e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products. A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo.
- III) Em 14/02/2018, a Companhia comunicou a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento.
- **IV**) Em 26/02/2018, a Diretoria efetuou proposta relativa à dividendo por conta de reservas de lucros pré-existentes, que serão calculados e creditados sobre as posições detidas pelos acionistas em 09/03/2018, no montante de R\$ 51,0 milhões (R\$ 0,03 por ação ordinária e preferencial), com pagamento previsto para 21/03/2018, e foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração em 27/02/2018.
